



PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE VEGETAÇÃO CILIAR E RESERVA LEGAL DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Campo de ação: Plantio de 40 mil mudas de espécies arbóreas nativas em áreas públicas e pequenas propriedades rurais com hipossuficiência econômica.

Projeto: Plano de Ação para Diagnóstico Participativo (DP) e Recuperação da Vegetação Nativa com Pequenos Proprietários Rurais nas Bacias do Ribeirão Cambé, Três Bocas e Apertados – Londrina, PR.

Coordenador Responsável: Eduardo Issberner Panachão, biólogo ONG Meio Ambiente Equilibrado

Equipe Executora:

Camillo Kemmer Vianna, advogado

Eduardo Issberner Panachão, biólogo

Laila Pacheco Menechino, jornalista

Marcelo Frazão Barros, jornalista

Marcelo Okamura Arasaki, biólogo



1. APRESENTAÇÃO

A Ong Meio Ambiente Equilibrado (MAE), criada em outubro de 2001 e credenciada como OSCIP (MJ 08001.003448/2003-38), é referência por sua postura combativa na defesa ambiental. Especificamente na área da conservação de recursos naturais, desenvolve o projeto desde 2006 “Na Pegada do Parque – do Parque Arthur Thomas ao Tibagi - Projeto de Corredor Ecológico”, que envolve pesquisa científica com a mastofauna da região, educação ambiental e reflorestamento de matas ciliares, no objetivo de conectar os fragmentos florestais em torno das Unidades de Conservação (Ucs) norte-paranaenses e valorizar a biodiversidade regional.

Coordenado pela Promotoria de Defesa do Meio Ambiente de Londrina, o Programa de Recuperação de Vegetação Ciliar e Reserva Legal do Município de Londrina – PR agrega diversas instituições com o objetivo de diagnosticar, recuperar e monitorar Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de reserva legal no Município de Londrina. Parte integrante do Programa, a Ong MAE assumiu o objetivo de plantar 40 mil mudas em pequenas propriedades rurais com hipossuficiência econômica.

Em ordem de prioridade, há regiões definidas para a ação: Bacias Hidrográficas do Ribeirão Cambé e Três Bocas, no trecho de conectividade das unidades de conservação Parque Municipal Arthur Thomas e Parque Ecológico Daisako Ikeda, até o encontro com o Baixo Tibagi, principal corpo hídrico de Londrina, conforme área definida como meta inicial no projeto “Na Pegada do Parque – Projeto de Corredor Ecológico – do Arthur Thomas ao Rio Tibagi”, abrangendo uma porção de 30 quilômetros pelo curso dos rios e aproximadamente uma área de 200 hectares de matas ciliares; e Bacia Hidrográfica do Ribeirão dos Apertados, no trecho de conectividade entre a unidade de conservação Parque Estadual Mata dos Godoy até o Baixo Tibagi.



Também há estratégias gerais a seguir: realizar visitas e coleta de dados em campo nas propriedades rurais; quantificar e qualificar o passivo ambiental das pequenas propriedades rurais na Bacia do Ribeirão Cambé e Três Bocas no trecho já mencionado; elaborar plano de manejo florestal para as propriedades; plantar e recuperar áreas degradadas; e monitorar por meio de visitas a continuidade do processo de recuperação das APPs e, eventualmente, de reservas legais.

Tendo em vista a elaboração conjunta do cronograma e do fluxo de tarefas para as entidades participantes do Programa, a presente proposta visa a contribuir com um plano de ação para a realização de um Diagnóstico Participativo (DP). O DP apresenta-se como metodologia de contato, coleta de dados, quantificação e qualificação do passivo ambiental com pequenos proprietários rurais para o plantio e recuperação da mata nativa na área de abrangência da Bacia do Ribeirão Cambé e Três Bocas. O DP piloto direcionado aos pequenos proprietários rurais dessas bacias visa a engendrar uma postura descentralizada, participativa e integrada em todo o Programa.

Por meio da experiência de realização do DP, o principal desafio da equipe executora da Ong MAE é avaliar e, em caso afirmativo, demonstrar a possibilidade efetiva de construção participativa, em bases socioambientais, de um processo de harmonização e respeito da legislação ambiental nas pequenas propriedades rurais.

A partir do aprendizado produzido por essa experiência, a ONG MAE pretende, por meio de novas parcerias, viabilizar a publicação do DP de forma clara, sistematizada, acessível e atrativa para difundir os resultados e estimular novas iniciativas com enfoque na conservação da biodiversidade regional e na implementação de corredores ecológicos no Baixo Tibagi - PR.



2. JUSTIFICATIVA

A proposta de um plano de ação para um DP como metodologia para execução de uma das linhas de ação do Programa justifica-se para potencializar a iniciativa da Ong MAE já em curso denominada “Na Pegada do Parque – Projeto de Corredor Ecológico – do Arthur Thomas ao Rio Tibagi”. Desde 2006, a equipe da ONG despende esforços para levantar as espécies de mamíferos de médio e grande porte da região do baixo Tibagi e demonstrar a relevância ecológica e a vocação conservacionista da região.

Com enfoque em aliar as pesquisas em curso na área da biologia da conservação ao diálogo com pequenos proprietários rurais, o DP mostra-se eficiente para intervir no cenário de desarmonia no uso e ocupação da terra no meio rural.

Da mesma forma, a definição de áreas de intervenção para a implantação de corredores ecológicos no estado do Espírito Santo, do projeto de Corredores Ecológicos do Ministério do Meio Ambiente, está relacionada a critérios tais como o “conhecimento e manejo dos elementos da fauna e flora” (MMA, 2008, p. 45).

Por isso, a Ong MAE busca agregar ao Programa os objetivos do Na Pegada do Parque, projeto cujas pesquisas de levantamento de mamíferos de médio e grande porte já indicaram a presença de animais ameaçados de extinção na região e a consequente prioridade em relação à área de intervenção. A Ong MAE estima a necessidade de 500 mil mudas de espécies nativas somente para a recuperação das matas ciliares ao longo dos trechos do Ribeirão Cambé no encontro com o Ribeirão Três Bocas até o Baixo Tibagi. No entanto, é importante observar que (MMA, 2008, p. 46):



(...) embora os critérios de importância ecológica da área e da proximidade dos fragmentos tenham sido considerados, a análise do potencial para a adesão dos agricultores ao Projeto foi determinante para a seleção das propriedades a serem contempladas.

De acordo com a experiência de “Diagnóstico Participativo em comunidades ribeirinhas do entorno da Estação Ecológica de Anavilhas”, realizada pelo IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, para a implementação do Corredor Central da Amazônia no projeto de Corredores Ecológicos do Ministério do Meio Ambiente e do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (MMA, 2008, p. 62):

As pesquisas participativas seriam um caminho alternativo para a produção de conhecimento científico, descentralizando este processo e servindo simultaneamente para a educação, a conscientização e a mobilização social no contexto das áreas protegidas. Métodos de pesquisa participativa combinados com tecnologias como os sistemas de informação geográfica geraram um novo horizonte [...].

Considerando o contexto do Programa, o trabalho de DP realizado pela Ong MAE, aliado aos outros esforços do Programa, como a aplicação dos dados no Sistema de Informações Geográficas (SIG), podem gerar um novo horizonte, repleto de potencialidades.

Dentre as potencialidades, cita-se a identificação de iniciativas da própria comunidade no sentido de promover a união entre grupos de pequenos agricultores para o associativismo ou cooperativismo com mote ecológico, de geração de renda ou de sustentabilidade; promoção de agroecologia e sistemas agro-florestais sustentáveis; implantação de RPPNs. Nesse sentido, dispõe o artigo 47 do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina (Lei Municipal 10.637/2008) sobre a política municipal de desenvolvimento econômico, estabelecendo como prioridades, entre outros princípios, como a gestão democrática e a participação



popular: "X - o desenvolvimento da produção rural orgânica sustentável, com aplicação de tecnologias que permitam a manutenção do meio ambiente saudável; XII - programas de turismo rural, ecoturismo, turismo cultural e de eventos". O Plano Diretor, artigo 115, inciso II, também elege como ação estratégica para a gestão da Política Municipal do Meio Ambiente a definição de "áreas de corredores da biodiversidade, como objetivo de integrar os remanescentes florestais nativos".

Considera-se a realização do DP o primeiro passo para fomentar o processo de mobilização e conscientização ambiental na implantação do Programa, além do efetivo plantio e manutenção de 40 mil mudas em pequenas propriedades rurais com hipossuficiência econômica. Durante a realização do DP, também serão levantados dados sobre as relações de poder, história local e dinâmica de uso dos recursos naturais. Parte-se da perspectiva de formação de redes de conectividade para identificar a adesão de pequenos proprietários rurais ao Programa.

A Ong MAE identifica o Programa como um importante avanço no sentido de implementar o corredor ecológico e objetiva a participação da população rural na avaliação e monitoramento do programa, uma vez que a execução de projetos de implementação de Corredores Ecológicos (MMA, 2008) baseia-se em: planejamento e conservação ambiental de forma participativa e descentralizada; ações de vigilância, fiscalização, monitoramento e controle; promoção de mudança de comportamento nas populações envolvidas, por meio de estratégias de educação ambiental; criação de oportunidades de negócios sustentáveis, agregando o viés ambiental aos projetos desenvolvidos.

Dessa forma, o DP amplia a esfera de atuação da equipe da ONG MAE no Programa e fornece elementos para a gestão participativa do Corredor Ecológico, para aprimorar o entendimento sobre como a comunidade se apropria dos recursos naturais e contribuir para o sucesso do Programa. O DP apresenta-se como forma de gerar um processo de valorização da participação da comunidade durante a implementação do Programa.



3. OBJETIVO GERAL

Envolver diretamente os pequenos proprietários rurais com hipossuficiência econômica no processo de recuperação da vegetação ciliar e reserva legal nas bacias do ribeirão Cambé e Três Bocas até o Baixo Tibagi;

3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Delimitar campo de ação da ONG no Programa;
- Coletar dados preliminares sobre as propriedades rurais da região;
- Visitar pequenos proprietários rurais e aplicar questionários, explicando os objetivos do DP;
- Reconhecer as propriedades da bacia do ribeirão Cambé e Três Bocas para elaboração de Relatório Preliminar de impactos ambientais como base para os projetos de reflorestamento;
- Realizar entrevistas semi-abertas, individualizadas, com pequenos proprietários rurais;
- Realizar primeiras reuniões para apresentação do subprojeto;
- Estabelecer parceria e elaborar PMF para recuperação vegetal;
- Orientar pequenos proprietários parceiros sobre a adequação a legislação ambiental;
- Levantar temas de interesse, realizar palestras, encontros e atividades formativas aos pequenos proprietários;



- Recuperar as áreas de preservação permanente e reserva legal dos pequenos proprietários parceiros;
- Acompanhamento e assessoria para manutenção dos reflorestamentos;
- Abastecer o Protocolo de Inserção de Dados (PID) com as informações obtidas pelo trabalho realizado pela Ong MAE referentes ao programa;
- Comparecer às reuniões do Programa;
- Enviar relatórios trimestrais sobre as atividades realizadas pela equipe da Ong MAE no Programa;
- Apresentar relatórios orçamentários mensais;
- Elaborar um banco de dados com todas as informações sobre os proprietários contatados, sobre os atendidos com a mudas oferecidas pela Ong MAE, sobre os PMFs elaborados, com os relatórios dos grupos de trabalho, sobre as reuniões gerais da equipe da Ong MAE no Programa e sobre as reuniões gerais do Programa;
- Buscar parcerias para a realização das tarefas propostas;
- Sistematizar a experiência de realização do DP para viabilizar posterior publicação sobre os resultados do subprojeto.



4. METODOLOGIA

O DP enquanto plano de ação e método de investigação está relacionado às metodologias qualitativas que se evidenciam no final da década de 60, inspiradas nas contribuições da chamada “Educação Libertadora” de Paulo Freire, a qual buscava a superação da dicotomia entre sujeito e objeto e teoria e prática. Assim, representa uma ferramenta fundamental ao planejamento e execução das ações, contribuindo para o diálogo com os pequenos proprietários rurais e o estabelecimento de confianças mútuas.

Inicialmente, o trabalho da equipe da ONG será focado em conhecer os pequenos agricultores da região e identificar agentes potenciais que possam ter um papel estratégico para a disseminação dos objetivos do DP na região. A contribuição de pessoas que já possuam certo nível de liderança e organização possibilita o desenrolar das ações de contato e do próprio DP. Antes de realizar as primeiras visitas a campo, no entanto, a equipe coletará a maior quantidade de dados possíveis e disponíveis sobre as propriedades localizadas na região das bacias do Ribeirão Cambe e Três Bocas, junto a órgãos públicos, tais como cartórios de registro de imóveis, Incra, Secretaria Municipal da Agricultura, Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab), Emater, Iapar, Senar, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), entre outros.

Em relação à articulação com os demais integrantes do Programa, caberá a coordenação do projeto produzir relatórios das atividades realizadas pela equipe e elaborar um banco de dados com todas as informações sobre os proprietários contatados, sobre os atendidos com a mudas oferecidas pela Ong MAE, sobre os PMFs elaborados, com os relatórios dos grupos de trabalho, sobre as reuniões gerais da equipe da Ong MAE no Programa e sobre as reuniões gerais do Programa. Caberá também à coordenação do projeto articular e comparecer nas reuniões entre os integrantes do Programa e buscar parcerias para a realização das tarefas propostas.



O plano de ação para o Diagnóstico Participativo será, dessa forma, executado em etapas ou eixos de ação, descritas a seguir:

Sensibilização dos Pequenos Proprietários Rurais:

A primeira etapa compreende as primeiras visitas às pequenas propriedades rurais, no sentido de ouvir ao máximo os pequenos proprietários rurais e buscar suas contribuições para a continuidade do trabalho. Encontra-se na primeira etapa uma primeira dificuldade, que é justamente o desconhecimento sobre o número de propriedades e sobre quem são os proprietários localizados na área de abrangência do DP. Por isso, na primeira visita, realizada pela comunicadora social e pelo biólogo de campo, o projeto Na Pegada do Parque será apresentado aos pequenos agricultores como forma de sensibilização e coleta de dados para o mapeamento da área de abrangência. Será exposto o objetivo de criar o corredor ecológico como abrigo para a biodiversidade e de realizar o diagnóstico participativo. Será aplicado um questionário base sobre informações da propriedade para distribuição das informações para o Programa e feito o convite para participar das demais ações do diagnóstico.

Os pequenos proprietários rurais serão questionados sobre a disponibilidade de participar de novas atividades, como uma reunião com outros agricultores para discutir a realização conjunta do DP e se possuem sugestão de horário e local para a realização do encontro. Busca-se já no primeiro contato informações importantes, como o tamanho da propriedade, o histórico da ocupação da propriedade, o tamanho da família, o grau de escolaridade, de onde provém a renda familiar, qual a cultura desenvolvida na terra, qual o método de produção e se participaria de um projeto conjunto de recuperação de matas



ciliares e reserva legal. Será agendada uma nova data para realização da entrevista semi-aberta e individualizada com o pequeno proprietário rural.

Também na primeira visita, será realizada uma avaliação sobre as condições de hipossuficiência econômica da família e feito um reconhecimento de campo sobre a situação da propriedade em relação à APP e a reserva legal, entre outros aspectos, para elaborar os relatórios preliminares de impactos ambientais que servirão de base para os projetos de recuperação vegetal. Com as informações coletadas em campo, a assessoria jurídica levantará a situação jurídica da propriedade e a assessoria de imprensa atualizará os sites institucionais e divulgará informações interessantes para a imprensa. Será preenchido o Protocolo de Inserção de Dados do Programa com informações preliminares.

Na seqüência, serão realizadas pela comunicadora social as entrevistas semi-abertas, individualizada com cada pequeno proprietário visitado anteriormente, com gravador digital de mão, que seguirão um roteiro pré-definido, mas não desperdiçarão oportunidades de aprofundar o diálogo com o pequeno proprietário e registrar outros aspectos sobre a relação do pequeno proprietário com os recursos naturais e potencial envolvimento na implementação do corredor ecológico. Nesse momento, busca-se conhecer a visão do pequeno proprietário sobre a preservação da natureza, sobre a conservação das matas ciliares e da reserva legal, bem como a relação do morador com o local e com os vizinhos, de forma a verificar de que maneira o proprietário poderá se envolver com as ações coletivas e com a formação de um grupo de pequenos agricultores e potencialidades para iniciativas de trabalho em grupo para recuperação ambiental. Também serão levantadas as dúvidas, problemas e os temas de interesse dos pequenos agricultores para basear futuras atividades formativas, tais como palestras, rodas de discussão e dinâmicas de grupo. A partir das entrevistas, será possível traçar um perfil dos pequenos proprietários e identificar os potenciais parceiros para aderir ao Programa.



Reuniões e Atividades Formativas Coletivas:

Após realizar visitas a uma quantidade razoável de propriedades (estima-se no mínimo a visita de 80 propriedades em três meses) e já iniciada a primeira rodada de entrevistas semi-abertas, a equipe da Ong se mobilizará para divulgar e contará com a contribuição de pessoas do local para realizar as primeiras reuniões, em local e data de fácil acesso aos pequenos agricultores, de preferência agendadas por eles mesmos, para esclarecimentos sobre o funcionamento do DP. Como estratégia de união e mobilização da população em questão, as reuniões servirão para dar início à etapa da recuperação vegetal. De forma intencional e pública, os participantes da reunião serão convidados a se comprometer coletivamente com as ações, será exposta a proposta de remuneração aos proprietários que primeiro aderirem ao programa e serão cadastrados, por ordem de manifestação de interesse, quem serão os proprietários parceiros.

A Ong propõe como experiência a remuneração dos pequenos proprietários rurais pelos serviços ambientais prestados com a recuperação vegetal. A ferramenta da remuneração pelos serviços ambientais deve ser avaliada como uma possibilidade de estimular a recuperação da vegetação ciliar e da reserva legal, no sentido de garantir e viabilizar a recuperação em casos de hipossuficiência econômica. O reconhecimento dos serviços ambientais é uma tendência global e em alguns municípios do país já vem sendo realizado. Os resultados apresentados pelo DP poderão ser avaliados pelo Poder Público Municipal e Estadual para subsidiar a implementação de política pública nesse sentido. Estima-se o valor de R\$ 1500,00 o hectare pagos pela ONG ao agricultor que firmar termo de parceria e se comprometer com a recuperação vegetal, em quatro parcelas, de



seis em seis meses após o primeiro semestre de atividades de recuperação, como maneira de garantir a recuperação da vegetação até que as mudas atinjam porte arbóreo.

Dessa forma, nas reuniões, serão expostos os termos de parceria (contratos) de recuperação vegetal, ainda aberto para críticas e sugestões do grupo. Nestas reuniões também serão agendados novos encontros, desta vez temáticos, como rodas de discussão e dinâmicas de grupos, para auxiliar na compreensão de temas específicos levantados por eles mesmos, apresentados como dias especiais para socializar conhecimentos e promover ações coletivas, possibilitando a criação de grupos de proprietários que consigam potencializar o rendimento de suas terras a partir da diversificação da produção e com o auxílio inicial da remuneração pelos serviços ambientais prestados.

A equipe da Ong buscará articular palestras e atividades juntamente com outros participantes do programa, principalmente relacionadas àquelas instituições já com vocação de extensão rural, como Emater, Iapar e secretarias de agricultura. Nos encontros coletivos, a equipe da ONG buscará facilitar um processo de união dos pequenos agricultores. As palestras informativas oferecidas pela equipe da Ong aos pequenos proprietários poderão focar temas como a legislação ambiental, benefícios tributários pela implementação das matas, sobre os sistemas agroecológicos, sobre sistemas florestais, possibilidades de diversificação da produção, importância da APP e averbação da reserva legal, entre outros, conforme interesse dos proprietários.

Serão colocadas para reflexão e debate nesses encontros realizados pela equipe questões que possam definir a existência de uma comunidade no território do corredor ecológico, como: há o reconhecimento dos indivíduos enquanto membros de uma comunidade? Há o reconhecimento da própria história? Há o sentimento de pertencimento? Há o reconhecimento das semelhanças e das diferenças? Qual seria o aspecto que definiria o grupo como comunidade? O que pode ser um projeto comum?



A recuperação da vegetação nativa afeta diretamente a vida de todos? O que mobiliza os pequenos agricultores? Como garantir a horizontalidade das relações?

O trabalho será sistematizado através de relatórios de desenvolvimento, que serão entregues para a coordenação do Programa e também serão divulgados para a sociedade por meio de releases e matérias no site da ONG MAE. A sistematização final dos trabalhos deve, em oportunidade posterior, originar a elaboração de uma publicação que contará a experiência desenvolvida.

Recuperação Vegetal e Consultoria Técnica e Jurídica:

Concomitantemente a realização de reuniões, serão iniciados os estudos técnicos e jurídicos para o plantio nas áreas em que os proprietários já estiverem dispostos a participar. Os proprietários serão elencados em ordem de solicitação, firmado contrato específico de recuperação da vegetação nativa, no qual eles terão a responsabilidade de cercar a área de plantio, plantar as mudas nativas e cuidar até que fiquem adultas, contando com a orientação técnica da equipe da ONG e devendo alertar a qualquer situação adversa, condicionando a remuneração pelos serviços ambientais ao cumprimento das obrigações de cada parte.

Após firmado o termo de parceria (contratos) para recuperação da vegetação ciliar e/ou de reserva legal, será elaborado o Plano de Manejo Florestal para a área, negociando e contando com as contribuições do pequeno proprietário na elaboração. Será realizada uma análise individualizada com relação ao cumprimento da legislação ambiental e disponibilizado aporte jurídico, administrativo e ambiental para os pequenos agricultores envolvidos que se compromissarem com o projeto. A



assessoria jurídica estudará cada caso a fim de oferecer ao proprietário a viabilidade da fruição de eventuais benefícios tributários existentes e aplicáveis a sua propriedade em função da recuperação vegetal efetivamente realizada.

Caberá a ONG MAE remunerar os proprietários a cada seis meses passados do primeiro plantio realizado, assessorá-lo quanto aos cuidados necessários para o desenvolvimento sadio das mudas e possibilitar troca de experiências entre os proprietários envolvidos e agentes externos que possam contribuir com o melhor rendimento e sustentabilidade no uso da terra, tais como Emater, Iapar, etc. No decorrer dos dois anos do projeto, a ONG irá plantar as 40 mil mudas de espécies nativas distribuídas entre as pequenas propriedades contempladas.

5. METAS E CRONOGRAMA

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	RESPONSÁVEL	CRONOGRAMA
Delimitar campo de ação da ONG no Programa	Entregar o Plano de Ação do DP	Equipe ONG MAE	Junho de 2009
Coletar dados preliminares sobre as propriedades rurais da região	Entrar em contato com Incra, Secretaria de Agricultura, cartórios, Iapar, Emater, IPPUL, UEL, etc	Equipe ONG MAE	Junho de 2009
Visitar pequenos proprietários rurais e aplicar questionário, explicando os objetivos do DP	Realizar visitas a pelo menos 80 pequenos proprietários rurais da região	Comunicadora Social e Biólogo de Campo	Julho a Setembro de 2009 (1ª etapa); Março a Junho de 2010 (2ª etapa)
Realizar entrevistas semi-abertas, individualizadas, com pequenos proprietários rurais	Conhecer a relação do pequeno proprietário rural com os recursos naturais	Comunicadora Social	Agosto a Dezembro de 2009 (1ª etapa); Julho a Setembro de 2010 (2ª etapa)
Fazer reconhecimento de campo pré-PMF das pequenas propriedades rurais	Obter dados técnicos e do histórico da propriedade para a realização do PMF	Biólogo de Campo	Agosto a Dezembro de 2009 (1ª etapa); Julho a Setembro de 2010 (2ª etapa)



Realizar primeiras reuniões para apresentação do subprojeto	Verificar adesão dos proprietários ao subprojeto	Equipe ONG MAE	Outubro/Novembro de 2009
Estabelecer parceria e elaborar PMF para recuperação vegetal	Estabelecer cronograma de plantio e forma de participação do pequeno proprietário	Assessor Jurídico e Biólogo de campo	Dezembro de 2009 a dezembro de 2010
Orientar pequenos proprietários parceiros sobre a adequação a legislação ambiental	Adequar as propriedades dos parceiros à legislação ambiental	Assessor Jurídico	Dezembro de 2009 a Junho de 2011
Levantar temas de interesse, realizar palestras, encontros e atividades formativas aos pequenos proprietários	Incentivar processo de união entre pequenos proprietários, diálogo e troca de informações entre eles, equipe da ONG MAE e outras instituições do Programa	Equipe ONG MAE	A partir de setembro de 2009
Recuperar as áreas de preservação permanente e	Plantar e manter 40 mil mudas de espécies nativas e realizar	Biólogo de Campo	A partir de Outubro de 2009



reserva legal dos pequenos proprietários parceiros	o PMF para orientação do proprietário		
Acompanhamento e assessoria para manutenção dos reflorestamentos	Realizar visitas periódicas às propriedades, avaliando o processo de recuperação e realizando relatórios de acompanhamento	Biólogo de campo	A partir de janeiro de 2010
Abastecer o Protocolo de Inserção de Dados (PID) com as informações obtidas pelo trabalho realizado pela Ong MAE referentes ao programa	Organizar os dados obtidos pelas visitas de campo, relatórios e diários de campo, e disponibilização para abastecimento do PID	Coordenação	A partir de Agosto de 2009
Comparecer, às reuniões do Programa de Recuperação de Vegetação e Reservas Legal do Município de Londrina	Estar presente em todas as reuniões do Programa e apresentar os relatórios de atividades e prestação de contas	Coordenação	A partir de Junho de 2009
Enviar relatórios trimestrais	Obter feedback dos demais	Equipe ONG MAE	A partir de Junho de 2009



sobre as atividades realizadas pela equipe da Ong MAE no programa	integrantes do programa;		
Apresentar relatórios orçamentários mensais	Realizar prestação de contas mensais das movimentações financeiras da equipe da ONG MAE e da conta bancária	Equipe ONG MAE	A partir de Junho de 2009
Elaborar um banco de dados com todas as informações sobre os proprietários contatados, sobre os atendidos com a mudas oferecidas pela Ong MAE, sobre os PMFs elaborados, com os relatórios dos grupos de trabalho, sobre as reuniões gerais da equipe da Ong MAE no Programa e sobre as	Organizar todos os documentos realizados pela equipe da ONG MAE em um banco de dados disponível para qualquer pessoa interessada	Coordenação	A partir de Agosto de 2009



reuniões gerais do Programa			
Buscar parcerias para a realização das tarefas propostas	Buscar parcerias entre as entidades participantes do Programa para a realização das atividades e externas para ampliação destas	Equipe ONG MAE	A partir de Agosto de 2009
Sistematizar a experiência de realização do DP para viabilizar posterior publicação sobre os resultados do subprojeto	Organizar toda a experiência das atividades desenvolvidas e os resultados obtidos para publicação e possibilitar a replicação desta experiência;	Equipe ONG MAE	A partir de Outubro de 2010

7. INDICADORES

- Nível de informações coletadas na realização do DP junto aos órgãos públicos, entidades de extensão rural e em campo (questionários) sobre área de intervenção e mapeamento das propriedades (disponibilizadas no site e banco de dados do Programa);



- Informações disponibilizadas no PID;
- Quantidade de pequenos proprietários visitados, cadastrados e convidados a participar do projeto;
- Número e nível de participação dos pequenos proprietários nas atividades do projeto (reuniões, palestras, rodas de discussão, etc);
- Conhecimento acerca da relação dos proprietários com os recursos naturais;
- Depoimentos dos proprietários;
- Quantidade de Planos de Manejo Florestais elaborados;
- Adesão dos proprietários ao projeto e envolvimento nas propostas de ação coletiva;
- 40 mil mudas nativas plantadas em pequenas propriedades rurais da área de intervenção em parceria com a ONG MAE;
- Texto de sistematização da experiência de DP;
- Novas parcerias firmadas para realização do projeto;
- Prestação de Contas e integração com os demais integrantes do Programa.

8. ORÇAMENTO



Gastos regulares Ano1	Junho	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	FINAL 1
Equipe	3891,97	3891,97	3891,97	3891,97	3891,97	3891,97	3891,97	3891,97	3891,97	3891,97	3891,97	3891,97	46703,6
Contador	534,00					534,00						534,00	1602,00
INSS	1578,86	1392,86	1392,86	1392,86	1392,86	1578,86	1589,89	1392,86	1392,86	1392,86	1392,86	1578,86	17469,4
FGTS	78,32	78,32	78,32	78,32	78,32	97,9	104,43	78,32	78,32	78,32	78,32	78,32	985,53
Outros tributos Automóvel (+manutenção)		10.000,00				244,75	280,64						525,39
Transporte (combustível)	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	6000,00
TOTAL Previsto													83285,9

Gastos regulares Ano2													jun/11 FINAL 2
Equipe	2732,00	2732,00	2732,00	2732,00	2732,00	2732,00	2732,00	2732,00	2732,00	2732,00	2732,00	2732,00	32784,00
Contador							534,00						534,00



INSS	1734,54	1271,15	1271,15	1271,15	1271,2	1271,15	1804,8	1271,15	1271,15	1271,15	1271,15	1271,2	140,73	16391,5
FGTS	182,75	78,32	78,32	78,32	78,32	117,48	117,48	78,32	78,32	78,32	78,32	78,32	32,63	1155,22
Outros tributos	1187,85					489,5	401,39						1680,62	3759,36
Transporte (combustível)	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00		6000,00
TOTAL Previsto														60624,1
Gastos não- regulares														
Remuneração proprietario	24.000													
Prev. gastos propriedades	24.000													
Manutenção ONG MAE	8090													
TOTAL não regular	56.090													

TOTAL



TOTAL Previsto ano1	83285,91
TOTAL Previsto ano2	60624,1
TOTAL não regulares	56.090
TOTAL GERAL	200000,01

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIMA, Roberto Xavier de. org. **Experiências em implementação de corredores ecológicos.** Brasília: MMA, 2008.